



# PBQP-HABITAT

Programa Brasileiro de Qualidade  
e Produtividade do Habitat  
**20 anos / 1998 - 2018**



Secretaria  
Nacional de Habitação

Ministério das  
Cidades



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**MICHEL TEMER**  
Presidente

## MINISTÉRIO DAS CIDADES

**ALEXANDRE BALDY**  
Ministro de Estado

**SILVANI ALVES PEREIRA**  
Secretário Executivo

**MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA**  
Secretária Nacional de Habitação

**DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA**  
Diretor do Departamento de Produção Habitacional

**ALESSANDRA D'AVILA VIEIRA**  
Diretora do Departamento de Urbanização

**MIRNA QUINDERÉ BELMINO CHAVES**  
Diretora do Departamento de Melhoria Habitacional

**MARIA SALETTE DE CARVALHO WEBER**  
Gerente de Desenvolvimento Institucional e Parcerias

# FICHA TÉCNICA

Brasília, 06 de dezembro de 2018

**Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H**

## COORDENAÇÃO GERAL

Maria Salette de Carvalho Weber

## EQUIPE TÉCNICA

José Eduardo Nogueira Camargo Netto

José Sergio dos Passos Oliveira

Júlia Spinelli

Liliane Paula Camargos Diniz

## APOIO

Emanuelle Brandão da Silva

Janaina Rodrigues de Oliveira

## MINISTÉRIO DAS CIDADES

**Secretaria Nacional de Habitação** – SNH SAUS, Qd. 01, lote 1/6, Bloco “H”,  
Ed. Telemundi II, 11º andar, sala 1.103 - CEP 70070-010 - Brasília-DF  
Fone: (61) 2108-1794 e-mail: pbqp-h@idades.gov.br

# ÍNDICE

<b>1.</b>	Apresentação .....	6
<b>2.</b>	Um habitat de qualidade .....	7
<b>3.</b>	SiAC .....	11
<b>4.</b>	SiMaC .....	14
<b>5.</b>	SiNAT .....	16
<b>6.</b>	Parcerias .....	18
<b>7.</b>	Resultados .....	20
<b>8.</b>	Desafios .....	22
<b>9.</b>	Órgãos/Entidadesparceiros .....	24

## 1. APRESENTAÇÃO

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), criado em 1998, é um dos instrumentos do Governo Federal que visa organizar o setor da construção civil em duas vertentes principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva. A busca por esses objetivos envolve ações para que se atinja o aumento da competitividade no setor, a melhoria da qualidade de produtos e serviços, o desenvolvimento de novas tecnologias, a avaliação de desempenho dos sistemas construtivos, sustentabilidade, a redução de custos, e a otimização do uso dos recursos públicos.

O PBQP-H é um programa de adesão voluntária e está estruturado com base na implementação de um conjunto de sistemas, Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil – SiAC; Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – SiMaC; e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais – SiNAT, que contribuem para a modernização do setor da construção civil e a redução do déficit habitacional, com funções específicas e que se inter-relacionam direta ou indiretamente.

## 2. UM HABITAT DE QUALIDADE

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e do setor da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do habitat urbano. A baixa qualidade das habitações e da infraestrutura urbana prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população.

Além da questão do déficit quantitativo de moradias e da infraestrutura urbana, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o habitat. Historicamente, diante do desafio de reduzir o custo de seus produtos, a cadeia produtiva teve dificuldade em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras de habitação e infraestrutura, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil.

A realidade do setor da construção civil motivou o surgimento do PBQP-H, uma vez que era marcada por grande desigualdade nos padrões de qualidade, prática da não conformidade intencional, desarticulação, concorrência predatória, desperdício na produção de obras e baixo nível de inovação tecnológica. Isso tudo se refletia em um habitat urbano de baixa qualidade e de curta durabilidade, bem como resultava no desperdício de matéria prima; esta, além de significar prejuízo econômico, contribuía para a degradação ambiental e oferta de moradias mais caras. Esse era o retrato do setor da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessitava de um esforço conjunto em busca da qualidade e produtividade.

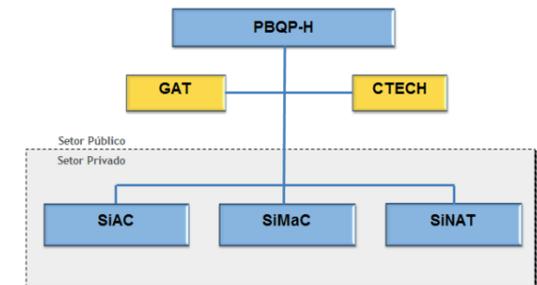


## Melhor gestão, mais investimento e mais crescimento.

O setor público iniciou sua participação como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, enquanto que o setor privado assumiu o compromisso de implementar os sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos do Programa representaram, desde então, uma pequena parcela dos investimentos realizados pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavanca dos recursos das parcerias público/privadas: Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Inovação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (FINEP/MCTIC), entidades setoriais e empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades e as empresas de serviços, construtoras e produtoras de materiais e componentes, é destinado ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e avaliação da qualidade e, principalmente, na adaptação e ajuste das empresas aos padrões de qualidade exigidos. Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva certamente contribuíram para: o fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional; o aumento da capacidade tecnológica do país; o aumento da geração de emprego e renda; o combate ao déficit habitacional e suas consequências sociais e urbanas; a melhoria das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, das de menor renda.



O PBQP-H fundamenta seu arranjo institucional na gestão compartilhada, contando, para isso, com uma estrutura composta por: uma Coordenação Geral; um Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH), instituído pela Portaria Interministerial nº 5, de 16 de fevereiro de 1998; Comissões e Comitês Técnicos relacionados aos Sistemas do PBQP-H; e um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT). A Coordenação Geral é exercida no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e as Comissões Nacionais, constituídas pelos setores públicos, privado, e órgãos técnicos e de fomento a quem competem planejar, operacionalizar e divulgar as ações necessárias para a consecução dos objetivos do Programa.



A gestão compartilhada fundamenta-se em parcerias, onde o setor público exerce o papel de indução, mobilização e sensibilização da cadeia produtiva. Essa parceria se dá de forma transparente, baseada em discussões técnicas, respeitando a capacidade de resposta do setor e as diferentes realidades regionais. Buscam-se, com esse processo, metas e ações consensualizadas por todas as partes envolvidas, com base em um diagnóstico conjunto feito pelo governo e setor privado.

O CTECH é um comitê de caráter interministerial (MCID, MDIC, MCTIC), vinculado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCIDADES). Conta ainda com a participação de outros agentes do Governo (MPGD, MMA, Inmetro), de agentes de fomento (CAIXA, BB, BNDES, FINEP), além de representantes da cadeia produtiva da construção civil (SENAI, ABRAMAT, ANAMACO, CBCS, ABC-Cohabs, ABCP, IABr, ANTAC, ASFAMAS, SINAENCO, ABNT/CB-02, SEBRAE, ABRAFATI, CBIC), servindo como fórum de participação do setor na discussão das ações a serem implementadas pelo Programa em âmbito nacional.

Esse Comitê visa, de forma transparente e com divisão de responsabilidades,

incentivar a melhoria da qualidade e o aumento da produtividade da construção civil brasileira; apoiar as inovações tecnológicas no setor de habitação e no ambiente construído, quanto ao uso de materiais, produtos e processos certificados; assessorar a SNH/MCIDADES, no estabelecimento de uma política de desenvolvimento tecnológico para o setor de habitação; e acompanhar o desenvolvimento e a implementação do PBQP-H, por meio de sugestões e proposições.

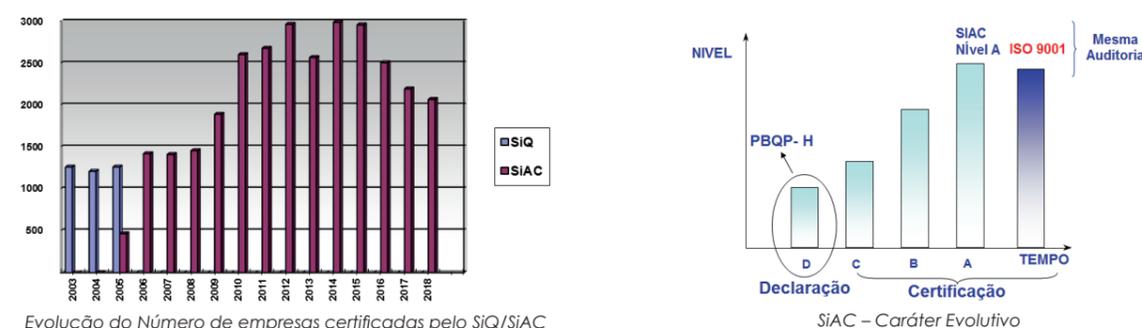
Quanto ao processo de implementação, o Programa desenvolveu-se em nível nacional por meio de três fases: sensibilização e adesão; programa setorial; e acordo setorial da cadeia produtiva com o setor público, agentes financeiros e sociedade civil. Todas as fases envolveram agentes da cadeia produtiva, agentes do setor público, agentes financiadores e de fomento, agentes de fiscalização e de direito econômico e consumidores e sociedade em geral. O Programa adotou, em seu processo inicial de implementação, a regionalização estadual.

Essa regionalização, que considerou os limites geográficos e a situação sócio-política dos Estados, atendeu às diretrizes do Programa: atuação integrada do poder público e parceria entre agentes públicos e privados; fortalecimento da estrutura produtiva do setor, no que diz respeito à sua capacidade tecnológica e gerencial; e estímulo à implementação de programas evolutivos de aperfeiçoamento da qualidade e aumento da produtividade, por parte dos participantes do programa. Com o alcance da sensibilização nacional, que abrangeu os 27 Estados da Federação - com a adesão de 24 Estados, dos quais 11 publicaram decretos - percebeu-se a necessidade de uma maior ampliação e capilaridade do Programa, por meio de um acordo setorial nacional.

Dentre as estratégias de implementação do Programa, a inserção do uso do poder de compra pode ser considerada uma das mais importantes. Trata-se de uma forma de proteger os que produzem com qualidade, e garantir a boa aplicação dos recursos públicos em licitações e contratos. O programa tem uma visão sistêmica do poder de compra, que não se limita aos agentes financiadores e ao contratante público. O consumidor final ocupa uma posição fundamental no que diz respeito ao poder de compra: como regulador do mercado, através dos seus direitos de cidadão ao adquirir um imóvel de uma construtora qualificada, ou comprar materiais em conformidade com os padrões de qualidade. Além disso, as próprias construtoras vêm exercendo papel importante nesse processo ao controlarem os materiais e serviços empregados nas obras, contribuindo para elevar os níveis de qualidade na cadeia produtiva da construção civil.

### 3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE EMPRESAS DE SERVIÇOS E OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SIAC

Um dos projetos estruturantes do PBQP-H é o Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SiAC), que sucedeu o Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras (SiQ). O SiAC estabelece níveis progressivos de certificação, que reconhecem, avaliam e classificam a implantação gradual do sistema de gestão da qualidade nas empresas de serviços e obras da construção civil. A evolução no número de empresas certificadas pode ser observado no gráfico abaixo, à esquerda, que representa tanto o SiQ (três primeiras colunas) como o SiAC (demais colunas). Inicialmente, o SiAC contava com quatro níveis de certificação, conforme ilustra o gráfico abaixo, à direita. Desse modo, uma construtora poderia participar do Programa, iniciando por encaminhar uma Declaração de Adesão ao “Nível D” e, dado ao caráter evolutivo do Sistema, com o tempo, a construtora poderia alcançar níveis mais elevados de certificação (Níveis “C”, “B” e “A”). Desde 2009, a certificação no SiAC é exigida para as construtoras que empreendem no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

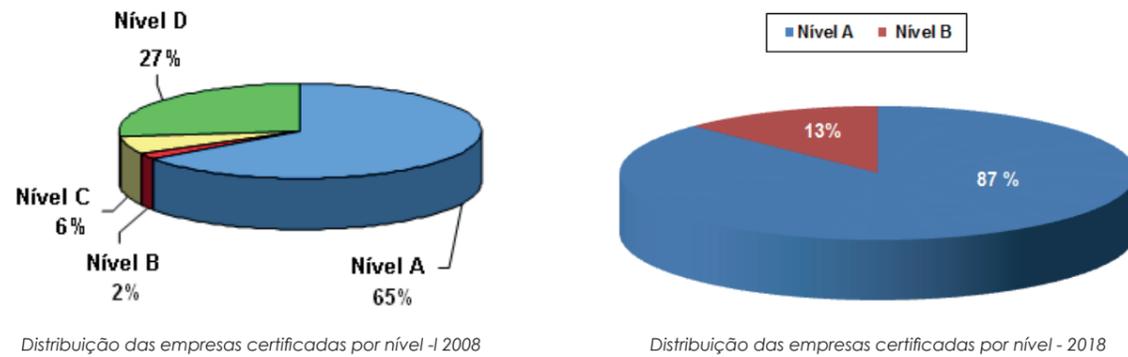


Em 2013, com a publicação da Norma de Desempenho (ABNT NBR 15.575), o SiAC passou a perseguir esse novo conceito, na busca de um melhor desempenho das unidades habitacionais, por meio de requisitos de qualidade aplicados a cada etapa da construção

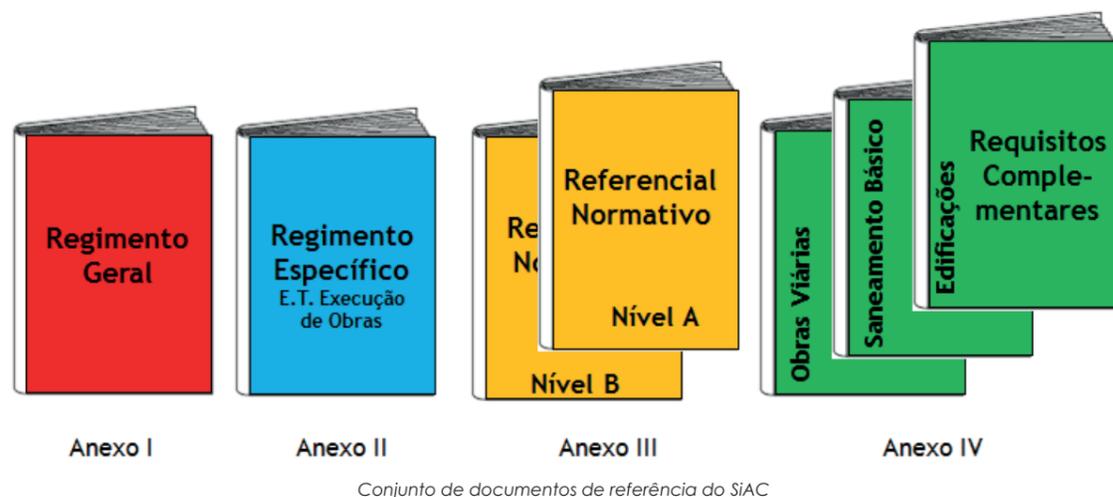
Com o passar dos anos, com a maior capilaridade do SiAC junto às construtoras e a baixa adesão aos níveis “D” e “C”, optou-se pela eliminação dos mesmos. Hoje o Sistema conta com 2.068 empresas certificadas, sendo 1.806 empresas no “Nível A”, o que equivale a 87% do total de empresas certificadas, e 262 empresas no “Nível B”, representando 13% das empresas participantes do Programa.

Estima-se que, no âmbito das Faixas 1, 2 e 3 do PMCMV, as construtoras certificadas no SiAC foram responsáveis pela execução de, aproximadamente, 3,76 milhões de unidades habitacionais, representando um total de 176,13 milhões de m2 construídos no programa.

As empresas certificadas no SiAC podem ser consultadas em: [http://pbqp-des.gov.br/projetos\\_siac\\_empresas.php](http://pbqp-des.gov.br/projetos_siac_empresas.php)

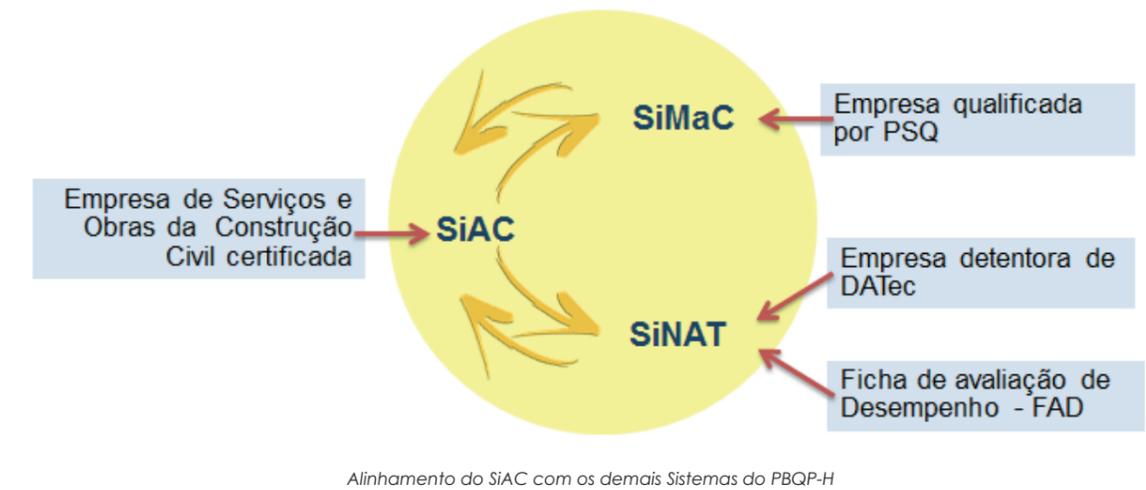


O Regimento atual do SiAC é composto de 04 anexos, conforme figura abaixo. Esses anexos referem-se ao Regimento Geral, ao Regimento Específico Especialidade Técnica Execução de Obras, aos Referenciais Normativos (“Nível A” e “Nível B”), e aos Requisitos Complementares nas outras Especialidades Técnicas (Obras Viárias, Saneamento Básico e Edificações).



Segundo fontes do setor, o valor total para implementação e manutenção dos Certificados de Conformidade de Execução de Obras é de aproximadamente R\$ 40 milhões anuais, sendo esses recursos providos pelo setor privado.

A publicação da Norma de Desempenho também estimulou a maior integração dos Sistemas do PBQP-H e, atualmente, o SiAC é responsável por essa integração, ao exigir que as empresas construtoras utilizem materiais, componentes e sistemas construtivos de “Empresas Qualificadas” nos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) do Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), Documentos de Avaliação Técnica (DATec’s) para Produtos Inovadores e Fichas de Avaliação de Desempenho (FADs) para sistemas convencionais no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT).



## 4. SISTEMA DE EMPRESAS DE QUALIFICAÇÃO DOS MATERIAIS, COMPONENTES E SISTEMAS CONSTRUTIVOS - SIMAC

O SiMaC têm como principal objetivo o combate a não conformidade às normas técnicas na fabricação, importação e distribuição de materiais, componentes e sistemas construtivos para a construção civil.

De 1998 a 2002, foi definida a Meta Mobilizadora da Habitação, que previa a elevação para 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas dos produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção. Na atualidade, já existem 10 Programas Setoriais da Qualidade (PSQs) que atingiram a meta de 90% de conformidade, promovendo um cenário de crescente isonomia competitiva no setor da construção civil.

A implementação do SiMaC, viabilizada pelos PSQs, envolve as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de TIB (Tecnologia Industrial Básica).



Indicador de conformidade (IC) dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQs)	
PSQs	IC (%)
Aparelhos Economizadores de Água	89,0
Argamassa Colante	92,3
Barras e Fios de Aço	100,0
Blocos Cerâmicos	48,4
Blocos de Concreto e Peças de Concreto p/ Pavimentação	90,6
Cimento Portland	99,0
Componentes p/ Sit. Constr. em Chapas de Gesso para Drywall	82,0
Eletrodutos Plásticos	89,0
Esquadrias de Aço	64,0
Esquadrias de PVC	37,5
Fechaduras	90,6
Geotêxteis Não-tecidos	83,0
Louças Sanitárias	94,0
Metais Sanitários	86,7
Painéis MDP e MDF	97,8
Perfis de PVC p/ Forros	52,0
Pisos Laminados Fornecidos em Régua	97,1
Placas Cerâmicas p/ Revestimento	88,7
Portas e Janelas de Correr de Alumínio	....
Reservatórios Poliolefinicos	93,3
Telhas Cerâmicas	47,8
Tintas Imobiliárias	83,1
Tubos de PVC p/ Infraestrutura	96,0
Tubos e Conexões de PVC p/ Sistemas Hidráulicos Prediais	96,0

Destaca-se que o indicador de conformidade médio dos PSQs monitorados pelo PBQP-H, atingiu o valor de 82,5%, muito próximo ao da Meta Mobilizadora. No passado, antes da existência do SiMaC, o valor do referido indicador era entorno de 40%.

Estima-se, segundo fontes do setor, que o investimento médio anual das empresas para atingir e manter os padrões de qualidade preconizados nas normas técnicas brasileiras da ABNT e para se qualificar nos PSQs das entidades setoriais é superior a R\$ 120 milhões, sendo esses recursos providos pelo setor privado.

Atualmente o SiMaC conta com 24 PSQs credenciados, envolvendo 15 Entidades Setoriais Nacionais Mantenedoras e aproximadamente 450 fabricantes de materiais participantes.

As empresas qualificadas nos PSQs podem ser consultadas em:

[http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos\\_simac\\_psaqs.php](http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos_simac_psaqs.php)

Materiais em conformidade, contribuindo para a sustentabilidade

## 5. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE PRODUTOS INOVADORES E SISTEMAS CONVENCIONAIS – SINAT

Desde o início da operação do SiNAT em 2008, importantes avanços foram alcançados, destacando-se o credenciamento de 11 Instituições Técnicas Avaliadoras (ITAs).

A avaliação técnica de qualquer produto inovador é realizada com base em uma Diretriz SiNAT, uma vez que é nela onde são sintetizados os critérios e os procedimentos para a avaliação.

Inovação, industrializar  
para crescer de forma  
eficiente e sustentável.

A avaliação dos Produtos Inovadores consiste basicamente em duas etapas: Avaliação Técnica (avaliação do projeto e realização de ensaios); e Auditoria na execução da obra. A segunda etapa da avaliação é dependente da existência da obra, tendo uma representatividade considerável no tempo para a elaboração do Documento de Avaliação Técnica (DATec). Ao longo desses 10 anos do SiNAT Inovadores, já foram publicadas 13 Diretrizes SiNAT e 35 DATec's (documentos disponíveis em [http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos\\_sinat.php](http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos_sinat.php)).

Inicialmente o número de ITAs e a infraestrutura laboratorial existentes eram as principais limitações do sistema, o que levou o PBQP-H promover ações para fomentar o credenciamento de novas ITAs. Nessa linha de ação, destaca-se a parceria



**Light Steel Framing**

com a FINEP, que resultou na disponibilidade de 70 milhões de reais para pesquisas nas áreas de habitação e saneamento: 30 milhões em 2009 (4,4 milhões para o desenvolvimento de métodos e metodologias para avaliação de desempenho de tecnologias inovadoras no âmbito do SiNAT), e 40 milhões em 2010 (15 milhões para investimento em infraestrutura laboratorial em 2010 e 2 milhões para capacitação em gestão das ITAs).

Em 2016, o Regimento Geral do SiNAT foi revisado com o objetivo de aperfeiçoar e harmonizar os procedimentos no âmbito do Sistema, bem como promover uma ampliação da sua atuação, de modo a adequá-lo aos requisitos da norma "ABNT NBR 15.575:2013 – Edificações Habitacionais–Desempenho", que no seu escopo, contempla as avaliações técnicas tanto de produtos inovadores, quanto de sistemas convencionais. Assim, o Sistema passou a contar com duas frentes de atuação, o SiNAT Inovadores e o SiNAT Convencionais.

Desse modo, com essa nova estrutura do SiNAT, as ITAs passaram a realizar avaliações técnicas em sistemas convencionais, materializadas em Fichas de Avaliação de Desempenho (FADs), que são documentos técnicos que contém os resultados da avaliação realizada e condições de execução/operação, uso e manutenção do sistema convencional. Atualmente, o SiNAT Convencionais conta com 19 FADs publicadas e 15 novas FADs em análise no CT-SiNAT Convencionais.

Com as 34 FADs publicadas, projetistas de arquitetura e construtores terão acesso a um percentual de sistemas convencionais - pisos, vedações verticais internas e externas) e esquadrias – com desempenho avaliado superior a 80%.

(documentos disponíveis em <http://app.cidades.gov.br/catalogo/>).



**Light Wood Framing**



**Painéis estruturais  
pré-moldados  
(mistos e de concreto)**

## 6. PARCERIAS

Ao longo de sua implementação o PBQP-H contou com diversas parcerias, entre elas com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que contribuiu para cumprimento das atividades propostas pelo programa. O Projeto com o PNUD foi reconhecido como instrumento fundamental para o desenvolvimento do conjunto de ações previsto no Plano Plurianual – PPA do Governo Federal. A valorização das ações relacionadas à habitação pelo governo repercutiu proporcionalmente no Projeto, que teve seu orçamento acrescido o triplo do orçamento inicial. Até sua última revisão substantiva, em dezembro de 2008, o Projeto apresentou execução financeira de 75% sobre o total de ingressos no PNUD, percentual que confirma a sua consistência frente aos valores financeiros despendidos.

Todos esses projetos ganharam maior legitimidade na sua implementação com o apoio do CTECH, atualmente fortalecido com novos integrantes, e destaque na sua representatividade, com alternância da presidência entre o poder público e o setor privado, já tendo contado com a presidência da ABCP, ANAMACO, CBIC, e ABRAMAT ao longo destes vinte anos.

Esse esforço de consolidação levou também a buscar o estreitamento das relações entre o Ministério das Cidades e outros órgãos governamentais, tais como: o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Financiadora de Inovação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (FINEP/MCTIC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério de Minas e Energia (MME), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principalmente em ações que buscam trazer maior sustentabilidade ao habitat, assim como as principais lideranças de entidades que representam o setor da construção civil.

De 2003 até 2009, o Projeto passou por algumas Revisões Substantivas, além de um relatório de prestação de contas que revisou e analisou as atividades desenvolvidas pelo Pro-



jeto na intenção de utilizar mais eficientemente os recursos disponíveis.

A Associação Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído (ANTAC) tem se consolidado como grande parceira, atuando em todos os Colegiados do Programa; na “Rede Cooperativa de Pesquisa INOVATEC/Finep”, implementada em 2011, com o objetivo de desenvolver métodos e metodologias para avaliação de desempenho de tecnologias inovadoras no âmbito do SiNAT; e, recentemente, firmou um “Protocolo de Intenções” com o Ministério das Cidades, com o objetivo de formar de um banco de especialistas, profissionais técnicos da cadeia produtiva da construção civil com comprovada competência para prestar assessoria técnica ao SiNAT, podendo integrar os Comitês Técnicos, de acordo com a demanda da Coordenação Geral do PBQP-H.

Desde fevereiro de 2018 o PBQP-H também está coordenando a cooperação técnica com a Alemanha, por meio da Agência de Cooperação Alemã (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ), intitulada “Eficiência Energética para o Desenvolvimento Urbano Sustentável – Foco: Habitação Social”. O projeto visa o aumento de eficiência energética nos programas de produção habitacional do governo federal, com especial foco naqueles dedicados às camadas de renda mais baixa, buscando beneficiar todo o conjunto de atores envolvidos na formulação, gestão e implementação desses programas, bem como seus beneficiários. A cooperação atua em 3 eixos, sendo eles: 1) integração de critérios de eficiência energética nas diretrizes de fomento; 2) desenvolvimento de métodos, processos e instrumentos novos ou adaptados para o planejamento, a implementação e o monitoramento; e 3) fortalecimento da base de conhecimentos e disponibilização de informações. Desse modo, o desenvolvimento deste trabalho, que tem prazo de duração até 2020, deve apoiar o Brasil na exploração dos potenciais de eficiência energética na produção habitacional e redução das emissões de gases de efeito estufa a ela associada, contribuindo dessa forma para a implementação de uma política energética climaticamente neutra e sustentável, no marco do desenvolvimento urbano sustentável brasileiro.



## 7. RESULTADOS

Os resultados alcançados nesses vinte anos de implementação são diversos. Depoimentos de representantes dos prestadores de serviço revelam que antes os empresários encaravam a adoção de um sistema da qualidade em suas empresas como custo e burocracia. Hoje, cresce a consciência de que é um instrumento de gestão para melhoria da qualidade e produtividade das obras e das empresas. O menor desperdício e a menor necessidade de manutenção de um produto da construção civil justificam o esforço realizado.

Um resultado intangível importante obtido foi ampliação de abrangência do Programa, com a inclusão dos setores de saneamento e infraestrutura urbana, oriunda da mudança de enfoque para habitat, introduzindo-se os conceitos de sustentabilidade. Isso faz com que o Programa seja atualmente chamado a debater em outros fóruns, passando ser um programa do Ministério das Cidades que contempla hoje a questão da sustentabilidade. Isso amplia naturalmente mais ainda o seu leque de parcerias, como por exemplo, a parceria com o MME, na questão da eficiência energética em edifício.

Outro resultado intangível é a cultura da gestão da qualidade que já atingiu milhares de profissionais responsáveis pela realização de obras e empreendi-



mentos em todo o país, promovendo a sua constante qualificação.

Dentre os resultados tangíveis relacionados aos projetos estruturantes do PBQP-H cabe destacar:

- O engajamento das construtoras no SiAC, apresentando um crescimento sensível do número de empresas no nível A;
- O aumento significativo dos indicadores de conformidade técnica dos materiais e componentes de construção, tendo 11 setores produtivos atingido indicadores superiores a 90%;
- A integração dos requisitos de desempenho, baseados na norma NBR 15575, nos sistemas SiNAT, SiAC e SiMAC e nas especificações dos empreendimentos de HIS regulamentados pelo Ministério das Cidades.

Na implementação das ações que compõem o PBQP-H, no exercício de 2009, foram alocados recursos do Orçamento Geral da União da ordem de R\$ 1,8 milhão de reais. Em sintonia com as diretrizes do PBQP-H, o BNDES também alocou cerca de R\$ 1 bilhão de reais para apoio financeiro às construtoras, fornecedores de materiais, componentes e sistemas construtivos, além de oferecer R\$ 5,5 bilhões de reais de limite de crédito pré-aprovado para compras com o Cartão BNDES, objetivando aumentar a competitividade empresarial por meio de melhorias de qualidade e produtividade, incrementando a capacidade das empresas para responder às demandas do mercado.

A cooperação técnica com a Alemanha, por meio da GIZ, possibilitará a aplicação de 4 milhões de euros no aprimoramento das condições para o aumento da eficiência energética em programas federais de habitação de interesse social.



## 8. DESAFIOS

Os principais desafios das agentes públicos e privados, envolvidos com o PBQP-H, a serem enfrentados nos próximos anos:

- ✓ Ampliar o uso do poder de fomento e compra do Estado para a melhoria da qualidade e produtividade, priorizando linhas de crédito da Caixa, do Banco do Brasil e do BNDES para órgãos, entidades e empresas participantes do PBQP-H;
- ✓ Estimular o setor público a adotar políticas de melhoria da qualidade;
- ✓ Ampliar a articulação institucional do programa com o poder judiciário e com o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional do Consumidor, para a implementação de ações pelos PROCONS;
- ✓ Implementação do SiAC para o segmento de projetos de arquitetura e engenharia e de gerenciamento, incorporando o "BIM - Building Information Modeling" como indutor de inclusão das empresas projetistas e gerenciadoras;
- ✓ Vincular a qualificação das empresas construtoras no SiAC e das empresas fabricantes nos PSQs para a liberação de financiamento pelo CONSTRUCARD da Caixa e do Cartão BNDES;
- ✓ Aumentar o grau de compartilhamento de informações sobre o Programa;
- ✓ Integrar aos Sistemas do PBQP-H os temas relacionados ao Meio ambiente e Sustentabilidade – uso eficiente de água e energia, redução de desperdício, redução da emissão CO<sub>2</sub>, avaliação do ciclo de vida, etc;
- ✓ Ampliar interfaces do PBQP-H com outros programas governamentais que já estão atuando nas demais áreas do habitat urbano - saneamento, pavimentação, transporte urbano, políticas urbanas em geral;
- ✓ Usar o SiAC, o SiNAT e os PSQs do SiMAC para a qualificação dos fornecedores nas obras das diversas autarquias da administração pública federal (DNIT, FNDE, etc.) e do setor de saneamento;
- ✓ Ampliar o número de Fichas de Avaliações de Desempenho (FADs) de sis-

temas convencionais e de Documentos de Avaliação Técnica (DATEc's) de produtos inovadores, para atendimento da Norma de Desempenho ABNT NBR 15575;

- ✓ Incluir nos Sistemas do Programa parâmetros e mecanismos que promovam o aumento de produtividade e eficiência das Construtoras;
- ✓ Contemplar no Programa os temas relacionados à Construção 4.0 - Inovação digitalização da construção, BIM, impressão 3D, etc;
- ✓ Integrar outros elos da cadeia produtiva nos Sistemas do PBQP-H, em particular o segmento da revenda de materiais e componentes de construção, pela sua importância na difusão das normas técnicas brasileiras e na distribuição de produtos de fabricantes qualificados nos PSQs;
- ✓ Apoiar as prefeituras municipais na elaboração de códigos de obra modelo, na capacitação profissional e na assistência técnica da construção autogerida.

## 9. ÓRGÃOS/ENTIDADES PARCEIROS

- ✓ Associação Brasileira da Indústria de Artefatos Metálicos para Construção - **ABINCON**
- ✓ Associação Brasileira das Indústrias de Nãotecidos e Tecidos Técnicos - **ABINT**
- ✓ Associação Brasileira das Indústrias de Portas e Janelas Padronizadas - **ABRAESP**
- ✓ Associação Brasileira de Cimento Portland - **ABCP**
- ✓ Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação - **ABC**
- ✓ Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - **ABRAINIC**
- ✓ Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – **ASBEA**
- ✓ Associação Brasileira dos Fabricantes de Chapas para Drywall - **DRYWALL**
- ✓ Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais da Construção - **ABRAMAT**
- ✓ Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento - **ASFAMAS**
- ✓ Associação Brasileira dos Fabricantes de Perfis de PVC para Construção Civil - **AFAP**
- ✓ Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas - **ABRAFATI**
- ✓ Associação dos Fabricantes de Sistemas, Perfis e Componentes para Esquadrias de PVC – **ASPEC PVC**
- ✓ Associação Latino-Americana de Materiais Compósitos - **ALMACO**
- ✓ Associação Nacional da Indústria Cerâmica - **ANICER**
- ✓ Associação Nacional de Fabricantes de Esquadrias de Alumínio - **AFEAL**
- ✓ Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - **ANTAC**
- ✓ Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção - **ANAMACO**
- ✓ Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento - **ANFACER**
- ✓ Associação Nacional dos Fabricantes de Esquadrias de Aço - **AFEAÇO**
- ✓ Banco do Brasil - **BB**
- ✓ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES**
- ✓ Caixa Econômica Federal - **CAIXA**
- ✓ Câmara Brasileira da Indústria da Construção - **CBIC**
- ✓ Comitê Brasileiro da Construção Civil da Associação Brasileira de Normas Técnicas - **CB-02/ABNT**
- ✓ Conselho Brasileiro de Construção Sustentável – **CBCS**
- ✓ Financiadora de Estudos e Projetos - **FINEP**
- ✓ Indústria Brasileira de Árvores - **IBÁ**
- ✓ Instituto Aço Brasil - **IABr**
- ✓ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - **INMETRO**
- ✓ Ministério do Meio Ambiente - **MMA**
- ✓ Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - **MP**
- ✓ Secretaria de Desenv. da Produção /Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - **MDIC**
- ✓ Secretaria do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação / Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - **MCTIC**
- ✓ Secretaria Nacional de Habitação/ Ministério das Cidades – **MCIDADES**

- ✓ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - **SEBRAE**
- ✓ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - **SENAI**
- ✓ Sindicato da Indústria de Artefatos de Materiais Não Ferrosos de São Paulo - **SIAMFESP**
- ✓ Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Cimento - **SINAPROCIM**
- ✓ Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - **SINAENCO**

Apoio:



*Iniciativa da CNI - Confederação  
Nacional da Indústria*

